
**ANÁLISE DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
SEGUNDO RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILÉIA: UM ESTUDO EM
BANCOS PRIVADOS E PÚBLICOS BRASILEIROS***

**ANALYSIS OF THE DISCLOSURE LEVEL OF CORPORATE GOVERNANCE
ACCORDING TO THE BASEL COMMITTEE'S RECOMMENDATIONS: A STUDY IN
BRAZILIAN PRIVATE AND PUBLIC BANKS**

Carlos André de Melo Alves

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
Professor da Universidade de Brasília - UnB
Endereço: Instituto Central de Ciências - Ala Norte
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte
CEP: 70904-970 – Brasília/DF - Brasil
E-mail: carlosandre@unb.br
Telefone: (61) 8489-1069

Nelson Tadashi Hayashi Alves[†]

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná - UFPR
Analista do Banco Central do Brasil
Endereço: Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Ed. Sede
CEP: 70074-900 – Brasília/DF - Brasil
E-mail: nelson.tadashi@bcb.gov.br
Telefone: (61) 3414-1414

RESUMO

A divulgação de informações por bancos é um tema atual de interesse das autoridades supervisoras e de participantes do mercado. Este trabalho buscou verificar o nível de divulgação da governança corporativa de bancos privados e públicos brasileiros segundo recomendações do Comitê da Basileia. Subsidiariamente, buscou-se verificar se existiam diferenças entre os níveis de divulgação apurados para os grupos de bancos analisados. Para tal fim, realizou-se revisão teórica e pesquisa documental, analisando-se o conteúdo das informações divulgadas nos *websites* dos bancos entre maio e agosto de 2006. A amostra intencional foi composta por bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo em maio de 2006 que pertenciam aos dez maiores conglomerados brasileiros presentes no relatório '50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional', do Banco Central do Brasil, data-base dezembro de 2005. A análise empregou 08 categorias e 34 subcategorias baseadas em recomendações do Comitê da Basileia para transparência da governança corporativa presentes no documento '*Enhancing Corporate Governance for Banking*

* Artigo recebido em 14.01.2008. Revisado por pares em 26.07.2008. Reformulado em 08.10.2008. Recomendado em 10.10.2008 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 21.11.2008. Organização responsável pelo periódico: FURB.

[†] As opiniões expressas neste trabalho não refletem, necessariamente, a opinião do Banco Central do Brasil.

Organisations' (BCBS, 2006). Utilizou-se o teste qui-quadrado para dar significância às análises dos dados secundários. Constatou-se que o nível de divulgação da governança corporativa foi 46,9%, sendo 47,8% para bancos privados e 45,6% para bancos públicos. O resultado do teste indicou que não foram verificadas diferenças significativas entre a proporção de subcategorias divulgadas pelos grupos de bancos privados e públicos. Esta pesquisa também buscou aumentar o conhecimento a respeito da divulgação das estruturas de governança corporativa de bancos que atuam no Brasil.

Palavras-chave: Divulgação. Governança Corporativa. Recomendações do Comitê da Basiléia. Bancos.

ABSTRACT

The disclosure of information by banks is a current theme that interests supervisory authorities, as well as market participants. This work tries to check the disclosure level of corporate governance of the Brazilian public and private banks, according to the Basel Committee's recommendations. Additionally, it tries to check if there were differences between the level of disclosure of the private and the public groups of banks that were analyzed. For this, a theoretical revision and documentary research were carried out, analyzing the contents of the information disclosed on the banks' websites between May and August 2006. The intentional sample was made up of banks listed on the Stock Exchange of São Paulo in May 2006 and that belonged to the ten largest Brazilian conglomerates present in Central Bank of Brazil's report, '50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional' (The 50 Largest Banks and the Consolidation of the National Financial System), considered on the date of December 2005. This analysis used eight categories and 34 sub-categories, based upon the recommendations of the corporate governance transparency mentioned in the document 'Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations' (BCBS, 2006). The chi-squared test was used to give significance to the analyses of secondary data. It was verified that the corporate governance disclosure level was of 46.9%, being 47.8% for the private banks and 45.6% for the public banks. The result showed that no significant differences were verified between the proportion of sub-categories disclosed by the private and public groups. This research also tried to increase the knowledge regarding corporate governance structures of banks that operate in Brazil.

Key words: Disclosure. Corporate Governance. Basel Committee's Recommendations. Banks.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, os aspectos relativos à conceituação e às formas de aplicação de princípios de governança corporativa são cada vez mais estudados, especialmente em países industrializados. Diversos órgãos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como outras organizações e governos de diversos países vêm colaborando no desenvolvimento de pesquisas que possibilitem a melhoria dos princípios de governança corporativa das empresas, inclusive bancos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico foi criada em 1960 e atualmente é composta por 30 países. Dentre outras atividades, ela desempenha um papel na busca da boa governança do setor público e da atividade privada (OECD, 2006).

O documento *'Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations'* foi editado originalmente em 1999 pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (BCBS), para

auxiliar os supervisores bancários a promoverem a adoção de sólidas práticas de governança corporativa pelas organizações bancárias em seus países. A publicação baseou-se nos princípios de governança corporativa publicados naquele mesmo ano pela OCDE.

O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (também chamado ‘Comitê da Basileia’ ou simplesmente ‘Comitê’), de acordo com BCBS (2005, p.01), “é um comitê de autoridades de supervisão bancária que foi estabelecido pelos presidentes dos bancos centrais dos países do Grupo dos Dez em 1975. É constituído por representantes de autoridades de supervisão bancária e de bancos centrais dos seguintes países: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

Posteriormente, no ano de 2004, a OCDE publicou versão atualizada e revisada de seus princípios de governança corporativa. Nesse sentido, O Comitê da Basileia também atualizou seu documento em 2006 (BCBS, 2006), ressaltando algumas considerações sobre a condução da governança corporativa em ambientes em que há falta de transparência e dificuldade de acesso a informações.

O objetivo deste estudo é verificar o nível de divulgação da governança corporativa de bancos privados e públicos brasileiros segundo recomendações do Comitê da Basileia. Subsidiariamente, busca-se verificar se existem diferenças entre os níveis de divulgação apurados para os grupos de bancos privados e públicos analisados. Neste estudo, os termos divulgação, evidenciação e *disclosure* são usados indistintamente.

A divulgação de informações por instituições financeiras é um tema atual que chama a atenção de participantes do mercado e das autoridades supervisoras, sendo inclusive lembrado para fins regulamentares no Pilar 3 do Basileia 2, o qual se refere à disciplina do mercado (DUARTE JÚNIOR; MOREIRA, 2005).

Apesar de não ser objeto desse estudo, deve-se destacar que o Basileia 2 apresenta uma estrutura que se subdivide em três pilares: o Pilar 1 relaciona-se com requerimentos mínimos de capital regulamentar, o Pilar 2 refere-se ao processo de revisão da supervisão e o Pilar 3 refere-se à transparência e disciplina do mercado. O Comitê acredita que o Basileia 2 promoverá a adoção de práticas de gestão de riscos mais fortes por parte da indústria bancária, e vê isto como um dos principais benefícios dessa estrutura (BCBS, 2005, p.14).

Esse trabalho utiliza como principal referência as recomendações para transparência da governança corporativa presentes no documento ‘*Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations*’ (BCBS,2006).

O trabalho é relevante porque busca aumentar o conhecimento a respeito da divulgação das estruturas de governança corporativa de bancos que atuam no Brasil. Essa divulgação, no contexto da literatura contábil, pode contribuir para redução de assimetrias informacionais entre gestores e partes interessadas nas práticas de gestão dessas entidades.

Além dessa introdução, o trabalho apresenta uma revisão teórica a respeito do tema (item 2), a metodologia usada para realizar o trabalho (item 3), a análise dos resultados (item 4), a conclusão do estudo (item 5) e finalmente as referências bibliográficas (item 6).

2 REVISÃO TEÓRICA

Esta revisão apresenta conceitos e aspectos da divulgação contábil, a governança corporativa, a governança corporativa em bancos e detalha as recomendações do Comitê da Basileia para divulgação governança corporativa em bancos.

2.1 Divulgação (*Disclosure*)

De acordo com Iudícibus (2000, p. 116), “o *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.” Para

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 512), divulgação é “a veiculação da informação financeira dentro de um relatório financeiro, geralmente o relatório anual”.

A literatura separa a divulgação compulsória da voluntária (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 516). A divulgação compulsória é exigida por lei, enquanto a voluntária é feita discricionariamente pela companhia.

A divulgação contábil consiste em importante ferramenta para redução da assimetria informacional. Essa assimetria é apontada como uma das principais causas das diferenças entre os custos de capital e o valor da empresa (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2004, p. 69). Nesse sentido, a divulgação pode trazer vantagens para a companhia, pois a redução das assimetrias informacionais pode reduzir o custo de capital da firma (VERRECCHIA, 1991, p. 1325).

No entanto, segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 517), as empresas podem relutar em aumentar a divulgação sem que haja uma pressão para isso proveniente da comunidade contábil ou do próprio poder público. Os exemplos citados por esses autores, quanto à justificativa de algumas empresas para não divulgar informações, são: 1. a divulgação pode ajudar os concorrentes em prejuízo aos acionistas; 2. a divulgação integral propicia informações vantajosas aos sindicatos para negociação de salários; 3. existe pouca capacidade dos investidores em compreender as políticas e procedimentos contábeis divulgados, podendo a divulgação completa até vir a confundir-los; 4. pode haver fontes alternativas de informação a um custo mais baixo do que a publicação de demonstrações financeiras.

No contexto internacional, devem ser lembradas as iniciativas do *International Accounting Standards Board* (IASB), em disseminar padrões que buscam harmonizar a divulgação efetuada por empresas em diferentes países (RADEBAUGH; GRAY; BLACK, 2006, p.172).

Finalmente, as adaptações do mercado aos princípios de governança corporativa têm levado as empresas a valorizar a decisão sobre que tipo de informação contábil será divulgado para o mercado de capitais (YAMAMOTO; SALOTTI, 2007, p. ix).

2.2 Governança Corporativa

A OCDE define Governança corporativa como:

um conjunto de relações entre os gestores de uma companhia, seu Conselho de Administração, seus acionistas e outros *stakeholders*. A governança corporativa também desenvolve a estrutura através da qual são estabelecidos os objetivos da companhia, os meios de obtê-los e as melhores formas de monitoramento. Uma boa governança corporativa deve proporcionar adequados incentivos aos gestores para perseguirem objetivos condizentes com os interesses da companhia e seus acionistas. Deve, ainda, facilitar o monitoramento eficaz, encorajando as empresas a utilizarem seus recursos com mais eficiência (OCDE, 2004).

As estruturas de governança corporativa compreendem as formas organizacionais que orientam o relacionamento dos agentes em uma empresa, determinando as recompensas necessárias, as oportunidades, os locais e as formas de alocação de recursos disponíveis (RABELO; SILVEIRA, 1999).

Tais estruturas estabelecem um conjunto de incentivos para aqueles que atuam nas empresas e buscam aumentar a probabilidade de que indivíduos se comportem conforme o esperado para as funções que desempenham nas organizações. A justificativa para a existência desses incentivos buscando a redução de conflitos de interesse tem amparo na Teoria da Agência, de Jensen e Meckling (1976).

No Brasil, com relação à governança corporativa, podem ser citadas as iniciativas empreendidas pela Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, relacionados à difusão de níveis diferenciados de governança corporativa (BOVESPA, 2007). Deve-se notar que a adesão a essas práticas é voluntária.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) também atua na direção de disseminar boas práticas de governança corporativa (IBGC, 2007). Em adição, reguladores também podem contribuir para a adoção de práticas de governança corporativa. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) possui um código contendo boas práticas, cuja adesão é voluntária por parte das entidades (CVM, 2007).

Existe literatura no País que relaciona aspectos de governança corporativa ao *disclosure*. Em Lanzana (2004), analisaram-se variáveis relacionadas à estrutura de propriedade e às características do conselho de administração de empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, obtendo-se os seguintes resultados:

- a) as variáveis relacionadas à estrutura de propriedade parecem indicar que as empresas com pior estrutura de governança apresentariam um maior nível de *disclosure*, com o objetivo de atrair recursos dos investidores externos;
- b) as variáveis relacionadas à estrutura do conselho de administração parecem indicar que um maior nível de transparência é esperado quando da adoção de mecanismos internos de controle, baseando-se na premissa de que um ambiente de intenso monitoramento os gestores não teriam incentivo em deter informações em benefício próprio.

Em adição, há evidência empírica internacional de que a divulgação da governança corporativa pode ser influenciada pela iniciativa de reguladores a respeito dessa divulgação (LABELLE, 2002).

Finalmente, há estudo empírico no Brasil que relaciona, entre outros aspectos, a governança corporativa em bancos ao *disclosure* de tais entidades (COSTA; GOLDNER; GALDI, 2007). A seguir, serão detalhados aspectos de governança corporativa em bancos.

2.3 Governança Corporativa em Bancos

A Governança Corporativa em Bancos possui características diferenciadas em relação a outros tipos de organizações, pois as captações de recursos de investidores não acionistas (aplicadores de recursos financeiros nos bancos em operações tais como: certificados de depósitos bancários e títulos e valores mobiliários) constituem uma fonte de recursos proporcionalmente muito maior do que a proveniente de acionistas, quando comparada com organizações não financeiras (MACEY; O'HARA, 2003).

Para Caprio e Levine (2002), a evidência empírica sugere que os intermediários financeiros são menos transparentes do que outros tipos de empresas. Isso implica que os investidores externos saibam pouco sobre o que está sendo feito com seus investimentos.

Adicionalmente, existem diferenças entre objetivos propostos por bancos com controle privado e com controle público. De acordo com Guimarães (2007), no caso de empresa privada, o objetivo dos acionistas é bem definido: maximizar o valor de seus ativos, o que, de modo geral, significa maximizar o lucro da firma em um horizonte de longo prazo. Por sua vez, a empresa estatal tem objetivos associados à política pública definida pelo seu controlador, que é o governo. Assim, a empresa estatal não é constituída essencialmente para gerar lucro. Esse contraste quanto aos objetivos de bancos com tipos de controle diferentes pode motivar a análise de possíveis diferenças quanto à transparência praticada por esses dois grupos de bancos.

A falta de transparência torna mais fácil a possibilidade de que controladores e diretores explorem outros interessados, seja por comportamento de assunção de risco excessivo ou por apropriação ilegal de recursos (CAPRIO; LEVINE, 2002). Se, por exemplo,

os resultados são de difícil mensuração, há a possibilidade de construção de esquemas de compensação que ajudem a desviar recursos desses resultados.

Há também a possibilidade de se obter vantagens, induzindo a mudança de preços de produtos oferecidos pelo banco. Gestores podem vir também a privilegiar um cliente com problemas, concedendo-lhe um empréstimo de alto valor em troca de algumas vantagens.

Dessa forma, problemas de informação podem gerar implicações para os provedores de recursos de um banco, pois a falta de transparência e de divulgação de informações facilita o desvio de recursos ou a assunção excessiva de riscos por parte dos gestores.

Finalmente, deve-se lembrar que existem resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e normativos do Banco Central que contribuem para a adoção de práticas que minimizem conflitos de interesse entre gestores e partes interessadas na gestão de bancos. Um exemplo é a Resolução 3.041, de 28 de novembro de 2002, que estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.4 Recomendações do Comitê da Basiléia Relativas à Divulgação de Informações Sobre a Governança Corporativa em Bancos

Esta parte apresenta recomendações do Comitê da Basiléia relativas à divulgação de informações sobre a Governança Corporativa em bancos contidas no documento *'Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations'* (BCBS, 2006).

O documento traz princípios fundamentais de governança corporativa direcionados especificamente para servir de guia às ações de conselheiros, diretores, gerentes e supervisores de instituições financeiras, sejam eles de diferentes países, com sistemas legais distintos, membros ou não do Comitê da Basiléia.

O documento é dividido nas seguintes partes: I - Supervisão da governança corporativa de bancos; II - Sólidos princípios de governança corporativa em bancos; III – Assegurar um ambiente propício para sólida governança corporativa e IV - O papel dos supervisores. O Quadro 1 ilustra os princípios presentes na Parte II.

Princípio	Descrição
I	Certificar que membros do Conselho são qualificados para suas posições, têm um entendimento claro do papel da governança corporativa e são capazes de exercer julgamento firme e independente sobre as funções do banco.
II	O Conselho de Administração deve estabelecer e supervisionar objetivos estratégicos e um conjunto de valores corporativos para serem disseminados por toda a organização bancária.
III	O Conselho de Administração deve estabelecer e fazer cumprir regras claras de prestação de contas com responsabilização em toda a organização.
IV	O Conselho deve assegurar que existe supervisão adequada por parte da Diretoria, em conformidade com suas orientações.
V	O Conselho de Administração e a Diretoria devem efetivamente utilizar trabalhos conduzido por auditores internos e externos, bem como outras funções de controle.
VI	Assegurar que as políticas de compensação do banco e suas aplicações práticas são consistentes com os valores éticos, suas estratégias, seus objetivos e ambiente de controle.
VII	O banco deve conduzir a governança corporativa de maneira transparente.
VIII	Entender e manter a estrutura operacional do banco, inclusive quando este atua em ambientes cuja jurisdição ou estrutura dificulte a transparência.

Quadro 1 - Princípios de governança corporativa em bancos

Fonte: BCBS (2006).

O Princípio VII, mencionado no Quadro 1, é relacionado à condução da governança de maneira transparente. Tal princípio sugere que a divulgação, como a que ocorre por meio de

um *website* na *internet*, para apresentação anual de demonstrações financeiras, é desejável para um grupo de temas, apresentados a seguir:

- a) estruturas do Conselho de Administração: regimentos, tamanho, componentes, processo de seleção, qualificação, critérios de independência, interesses materiais em transações ou outras matérias que afetem o banco e seus membros, estatutos e responsabilidades;
- b) estruturas da Diretoria: responsabilidades, a quem se reportar, qualificações e experiência;
- c) estrutura organizacional básica: controle acionário, direitos de voto, divulgação de nomes de reais beneficiários das ações, participação majoritária de acionistas no Conselho de Administração ou na Diretoria, estrutura das linhas de negócio, estrutura legal e assembleias de acionistas;
- d) informações sobre as estruturas de incentivos dos bancos: políticas de remuneração, compensação de executivos, bônus e opções de ações;
- e) código de conduta, código de ética ou política de negócios do banco, bem como estruturas e políticas de governança corporativa aplicáveis, conteúdo de códigos de governança corporativa, sua implementação e estruturas de auto-avaliação do Conselho de Administração;
- f) se o banco pertence ao governo, divulgação de todos os seus objetivos sociais e propósitos públicos e como esses são financiados, bem como a política de controle do governo e seu papel na governança corporativa;
- g) a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas, incluindo as matérias em relação às quais os membros do Conselho de Administração e Diretoria têm interesse direto ou através de terceiros.

Quanto ao escopo da transparência da governança corporativa aqui apresentado, o Comitê posicionou-se esclarecendo que *“This discussion of transparency is not intended to create a new disclosure regime comparable to those set forth in national or international accounting standards, and should be viewed as complementary to the specific disclosures required for banks that adopt the Basel II capital framework”* (BCBS, 2006, p.15).

A intenção é promover a adoção de sólidos princípios de governança corporativa em instituições financeiras, condizentes com o tamanho, complexidade e perfil de risco das instituições, possibilitando que os supervisores possam atestar a qualidade dos sistemas de governança corporativa.

Finalmente, o Comitê reconhece que, devido à possível disseminação de problemas que ocorram em grandes instituições financeiras, alguns países adotam sistemas e padrões mais abrangentes e prescritivos de governança do que aqueles por ele preconizados. A divulgação da governança é sugerida para bancos públicos e privados, independente do tipo de controle.

3 METODOLOGIA

Esta parte descreve os bancos participantes do estudo, a coleta e o tratamento dos dados, a apresentação do quadro usado para analisar o nível de divulgação da governança corporativa dos bancos e, por fim, o teste qui-quadrado utilizado nas análises dos resultados.

3.1 Bancos participantes do estudo

A população desse estudo é constituída por bancos listados na ‘Classificação setorial Bovespa - segmento bancos’, na data-base 9 de maio de 2006 (BOVESPA, 2006). Dessa classificação, foram selecionadas dez entidades para participar desse estudo.

O critério para escolha desses bancos foi o volume decrescente de ativos dos conglomerados bancários aos quais tais entidades estão vinculadas, conforme relatório '50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional', data-base dezembro de 2005 (BACEN, 2006). Neste trabalho, os ativos correspondem aos ativos totais deduzidos da intermediação (títulos – posição financiada), constante no relatório '50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional' (BACEN, 2006). O Quadro 2 apresenta os conglomerados e respectivos bancos.

Conglomerado bancário presente na relação 50 maiores bancos	Bancos listados na Bovespa	Tipo de Controle do Banco
BB	Banco do Brasil	Público
Bradesco	Bradesco	Privado
Itaú	Banco Itaú	Privado
Unibanco	Unibanco	Privado
Santander Banespa	Banespa	Privado
Abn Amro	Banco Sudameris	Privado
Votorantim	Votorantim	Privado
Nossa Caixa	Nossa Caixa	Público
BNB	Banco do Nordeste do Brasil	Público
Banrisul	Banrisul	Público

Quadro 2 - Conglomerados bancários e respectivos bancos participantes do estudo

Fonte: Bacen (2006) e Bovespa (2006).

O Quadro 2 apresenta os bancos participantes deste estudo. A representatividade dos conglomerados a que pertencem tais entidades é reconhecida no cenário brasileiro, pois representam 54,65% do volume de ativos de todo o Sistema Financeiro Nacional, na data-base dezembro de 2005.

Segundo o Quadro 2, seis bancos têm controle privado e quatro têm controle público. Para atingir os objetivos desse estudo, não foi preciso indicar o nome dos bancos nas análises, sendo necessário apenas agrupar os bancos segundo o tipo de controle (público ou privado). Dessa forma, a identidade dos bancos foi preservada.

3.2 Coleta e tratamento dos dados

A coleta dos dados foi feita no sítio eletrônico dos próprios bancos, entre maio e agosto de 2006. Foi dada ênfase à seção 'Governança Corporativa', 'Relacionamento com Investidores' e às informações disponibilizadas em relatórios anuais. O tratamento dos dados empregou a pesquisa documental e a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). O Quadro 3 apresenta as oito categorias e trinta e quatro subcategorias usadas nessa análise.

As categorias e subcategorias apresentadas no Quadro 3 estão baseadas nas recomendações a respeito da transparência da governança corporativa contidas no documento "*Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations*" (BCBS, 2006), citado na revisão teórica deste trabalho. A análise de conteúdo empregou como regra de enumeração a presença ou ausência das subcategorias nas informações disponibilizadas pelos bancos e foram realizadas associações por categorias.

Categoria	Subcategoria
Conselho de Administração	Regimentos
	Tamanho
	Componentes
	Processo de seleção
	Qualificações
	Critérios de independência
	Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco
	Estatutos e responsabilidades
Diretoria	Responsabilidades
	A quem se reportar
	Qualificações
	Experiência
Estrutura de Propriedade	Controle acionário e direitos de voto
	Partes beneficiárias
	Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria
	Assembléia de acionistas
Estrutura organizacional	Organograma
	Descrição das linhas de negócio
	Subsidiárias e afiliadas
	Comitês gestores
Incentivos	Políticas de remuneração
	Compensação de diretores e executivos
	Bônus
	Opções de ações
Códigos de Conduta	Código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco
	Conteúdo de códigos de governança corporativa ou das políticas de negócios
	Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado
	Auto-avaliação do conselho de administração a respeito de sua <i>performance</i> relativa ao código ou política
Empresas ligadas e partes relacionadas	Natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas
	Matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse
	Matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse
Governo (para bancos públicos)	Divulgação de objetivos sociais e propósitos públicos do banco
	Divulgação de como os propósitos públicos são financiados
	A política de controle do Governo e seu papel na governança corporativa do banco

Quadro 3 - Quadro de análise usado para avaliar o nível de divulgação da governança corporativa

Fonte: elaborado pelos autores a partir de BCBS (2006).

Com base no item 2.4 da revisão teórica, a categoria ‘Governo’ e as três subcategorias a ela associadas não se aplicam à análise do nível de divulgação da governança corporativa dos bancos privados. Assim, foram analisadas, para bancos privados, 7 categorias e 31 subcategorias e, para bancos públicos, foram analisadas 8 categorias e 34 subcategorias.

As análises comparando a divulgação de bancos públicos e privados consideraram a divisão entre a quantidade de subcategorias presentes e a quantidade total de subcategorias analisadas, conforme metodologia do Comitê da Basileia (BCBS, 2003). Os resultados da análise por subcategoria e categoria estão nos itens 4.1 e 4.2 desse estudo.

3.3 Teste Qui-Quadrado

Essa pesquisa empregou o teste qui-quadrado, um tipo de teste não-paramétrico. Segundo Siegel e Castellan Jr. (2007), testes não-paramétricos não especificam condições sobre os parâmetros da população da qual se extraiu a amostra.

O teste qui-quadrado foi aplicado com o objetivo de dar significância estatística aos resultados encontrados nas análises. Buscou-se verificar se houve diferenças entre a proporção de subcategorias divulgadas pelos bancos públicos e privados.

O referido teste é apropriado para tabelas de contingência 2 x 2 com 1 grau de liberdade e incluiu a correção de continuidade. Essa correção melhora a aproximação amostral do cálculo (SIEGEL; CASTELLAN Jr, 2007, p.140).

Os resultados desse teste são apresentados no item 4.3 desse estudo e foram obtidos com o uso do *software Statistical Package for Social Sciences – SPSS*, versão 12.0.

4 RESULTADOS

Esta parte apresenta os resultados da divulgação por subcategoria e categoria, resultantes da análise de conteúdo. Em seguida, são apresentados os resultados da divulgação por grupo de bancos empregando a aplicação do teste qui-quadrado.

4.1 Resultados da divulgação por subcategoria

A Tabela 1 apresenta resultados da análise de conteúdo por subcategoria para os grupos de bancos analisados. Cada subcategoria indicada na horizontal é acompanhada do percentual de bancos que a divulgou.

Por exemplo, na Tabela 1 a subcategoria ‘estatutos e responsabilidades’ foi divulgada por três dos seis bancos privados (Priv% = 50%), por três dos quatro bancos públicos (Publ% = 75%) e pelo total de seis bancos em dez possíveis (Ptot% = 60%).

Conforme a Tabela 1, três subcategorias apresentaram 100% de percentual de divulgação considerando todos os bancos: ‘Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria’, ‘Descrição das linhas de negócio’ e ‘Divulgação de objetivos sociais e propósitos públicos do banco’.

A Tabela 1 também mostra que três subcategorias foram divulgadas por 100% dos bancos privados e cinco foram divulgadas por 100% dos bancos públicos.

Por sua vez, duas subcategorias estiveram ausentes nas divulgações de todos os bancos analisados: ‘Matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse’ e ‘Matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse’.

Constatou-se que três subcategorias não foram divulgadas pelos bancos privados, de um total de 31 analisadas, e seis não foram divulgadas por bancos públicos, de um total de 34 possíveis.

Tabela 1 - Resultados da divulgação por subcategoria

Categoria	Subcategoria	Priv%	Publ%	Ptot%
Conselho de Administração	Regimentos	33,3%	25,0%	30,00%
	Tamanho	50,0%	100,0%	70,00%
	Componentes	50,0%	100,0%	70,00%
	Processo de seleção	33,3%	50,0%	40,00%
	Qualificações	50,0%	25,0%	40,00%
	Critérios de independência	16,7%	25,0%	20,00%
	Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco	0,0%	25,0%	10,00%
	Estatutos e responsabilidades	50,0%	75,0%	60,00%
Diretoria	Responsabilidades	50,0%	75,0%	60,00%
	A quem se reportar	50,0%	75,0%	60,00%
	Qualificações	50,0%	50,0%	50,00%
	Experiência	50,0%	50,0%	50,0%
Estrutura de Propriedade	Controle acionário e direitos de voto	50,0%	50,0%	50,0%
	Partes beneficiárias	50,0%	0,0%	30,0%
	Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria	100,0%	100,0%	100,0%
	Assembléia de acionistas	50,0%	75,0%	60,0%
Estrutura organizacional	Organograma	66,7%	75,0%	70,0%
	Descrição das linhas de negócio	100,0%	100,0%	100,0%
	Subsidiárias e afiliadas	100,0%	50,0%	80,0%
	Comitês gestores	83,3%	25,0%	60,0%
Incentivos	Políticas de remuneração	50,0%	25,0%	40,0%
	Compensação de diretores e executivos	50,0%	25,0%	40,0%
	Bônus	33,3%	0,0%	20,0%
	Opções de ações	33,3%	0,0%	20,0%
Códigos de Conduta	Código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco	50,0%	50,0%	50,0%
	Conteúdo de códigos de governança corporativa ou das políticas de negócios	50,0%	25,0%	40,0%
	Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado	50,0%	25,0%	40,0%
	Auto-avaliação do conselho de administração a respeito de sua <i>performance</i> relativa ao código ou política	16,7%	0,0%	10,0%
Empresas ligadas e partes relacionadas	Natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas	66,7%	25,0%	50,00%
	Materias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse	0,0%	0,0%	0,0%
	Materias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse.	0,0%	0,0%	0,0%
Governo (para bancos públicos)	Divulgação de objetivos sociais e propósitos públicos do banco	N/A	100,0%	100,0%
	Divulgação de como os propósitos públicos são financiados	N/A	75,0%	75,0%
	A política de controle do Governo e seu papel na governança corporativa do banco	N/A	50,0%	50,0%

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda:

Priv% - Percentual de divulgação de bancos privados

Publ% - percentual de divulgação de bancos públicos

Ptot% - percentual de divulgação considerando todos os bancos

N/A - Não se aplica

4.2 Resultados da Divulgação por Categoria

A Tabela 2 apresenta resultados da análise por categoria para os grupos de bancos analisados. A categoria ‘Estrutura organizacional’ apresentou 31 subcategorias presentes e 9 ausentes, totalizando o percentual de subcategorias divulgadas (PtotC%) de 77,5%. Por sua vez, a categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’ apresentou o percentual total de subcategorias divulgadas de 16,7%.

Ainda conforme a Tabela 2, a categoria ‘Estrutura organizacional’ apresentou o maior percentual para bancos privados (87,5%) e a categoria ‘Governo’ apresentou maior percentual para bancos públicos (75%). A categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’ apresentou o menor percentual de divulgação tanto para bancos privados (22,2%) quanto para bancos públicos (8,3%).

Tabela 2 - Resultados da divulgação por categoria

Categoria	Bancos Privados			Bancos Públicos			Total		
	A	P	PrivC%	A	P	PublC%	A	P	PtotC%
Conselho de Administração	31	17	35,4%	15	17	53,1%	46	34	42,5%
Diretoria	12	12	50,0%	6	10	62,5%	18	22	55,0%
Estrutura de Propriedade	9	15	62,5%	7	9	56,3%	16	24	60,0%
Estrutura Organizacional	3	21	87,5%	6	10	62,5%	9	31	77,5%
Incentivos	14	10	41,7%	14	2	12,5%	28	12	30,0%
Códigos de Conduta	14	10	41,7%	12	4	25,0%	26	14	35,0%
Empresas Ligadas e Partes Relacionadas	14	4	22,2%	11	1	8,3%	25	5	16,7%
Governo (para bancos públicos)	N/A	N/A	N/A	3	9	75%	3	9	75%

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda:

P – Presente

A – Ausente

PrivC% - percentual de subcategorias divulgadas por bancos privados

PublC% - percentual de subcategorias divulgadas por bancos públicos

PtotC% - percentual de subcategorias divulgadas por todos os bancos

N/A - não se aplica.

Finalmente, os percentuais encontrados na Tabela 2 sugerem que a divulgação por categoria não foi uniforme.

4.3 Resultados da divulgação por grupo de bancos

Os resultados da divulgação por grupo de bancos são apresentados inicialmente na Tabela 3, a qual ilustra a distribuição da quantidade de subcategorias divulgadas, obtido com base na Tabela 2.

Tabela 3 - Quantidade de subcategorias divulgadas por grupo de bancos

Grupo de Banco	Ausente	Presente
Bancos Privados	97	89
Bancos Públicos	74	62
Total	171	151

Fonte: dados da pesquisa.

Com base na Tabela 3, verificou-se que subcategorias estiveram presentes na divulgação dos bancos em 151 casos de 322 possíveis ($322 = 171 + 151$), o que corresponde ao percentual médio de 46,9%.

Por sua vez, as subcategorias estiveram ausentes em 171 casos de 322 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 53,1%. Os percentuais de subcategorias divulgadas pelos bancos estão apresentados no Gráfico 1.

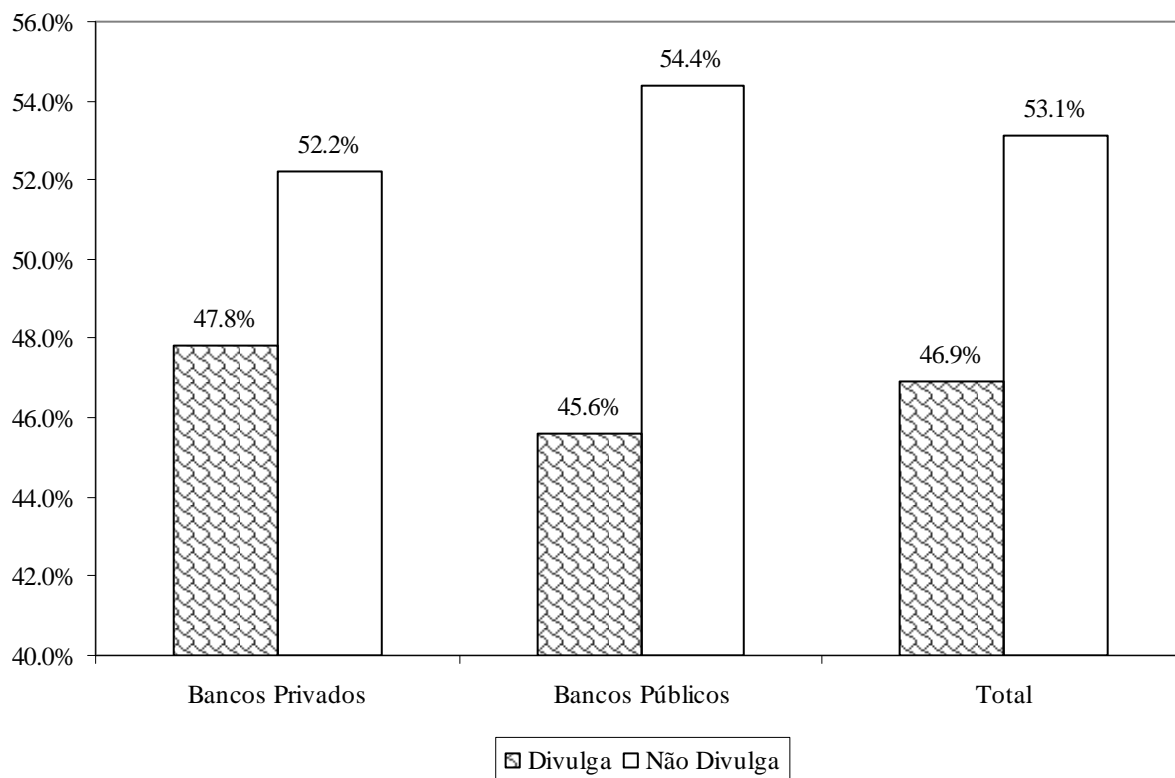


Gráfico 1 – Percentual de subcategorias divulgadas pelos grupos de bancos

Fonte: dados secundários da pesquisa.

A partir das informações presentes na Tabela 3, foi aplicado o teste qui-quadrado para verificar se a proporção de subcategorias divulgadas apresentou alguma diferença segundo os grupos de bancos analisados.

A hipótese nula foi a de que não houve diferenças significativas na proporção de subcategorias presentes e ausentes apresentadas pelos bancos públicos e privados.

A hipótese alternativa indicou haver diferenças na proporção de subcategorias divulgadas por esses grupos de bancos. A Tabela 4 contém resultados do teste.

Tabela 4 - Resultados do teste qui-quadrado

Teste Qui-quadrado	Graus de Liberdade	Sig.	Resultado (sig. = 0,05)
0,083	01	0,773	Não há diferenças significativas

Fonte: dados secundários da pesquisa.

Observa-se na Tabela 4, que a significância do teste (0,773) é maior do que 0,05. Não foram verificadas diferenças significativas entre o nível de divulgação da governança corporativa de bancos públicos e privados. Dessa forma, o nível de divulgação da governança corporativa não mostrou relação com o tipo de controle dos bancos (público ou privado).

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi verificar o nível de divulgação da governança corporativa de bancos privados e públicos brasileiros segundo recomendações do Comitê da Basileia. Subsidiariamente, buscou-se verificar se existiam diferenças entre os níveis de divulgação apurados para os grupos de bancos analisados.

A partir das recomendações a respeito da transparência da governança corporativa contidas no documento "*Enhancing Corporate Governance for Banking Organisations*", citado na revisão teórica desse trabalho, foi elaborado um Quadro com 8 categorias e 34 subcategorias. As categorias foram 'Conselho de administração', 'Diretoria', 'Estrutura organizacional básica', 'Incentivos', 'Códigos de Conduta', 'Empresas ligadas e partes relacionadas' e 'Governo', sendo a última categoria citada aplicável apenas à análise da divulgação dos bancos públicos.

Com base nesse quadro, foi feita a análise de conteúdo das informações divulgadas no sítio eletrônico de dez bancos brasileiros, selecionados por estarem listados na Bovespa em maio de 2006 e pertencerem aos dez maiores conglomerados bancários presentes no relatório '50 maiores bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional', do Banco Central do Brasil, data-base dezembro de 2005. Além disso, utilizou-se o teste qui-quadrado para dar significância às análises dos dados secundários.

Os principais resultados desse estudo apontaram que o nível de divulgação da governança corporativa foi 46,9%. Para bancos privados, o nível de divulgação foi 47,8% e, para os bancos públicos, o nível de divulgação foi 45,6%. Com base no teste qui-quadrado, não foram verificadas diferenças significativas entre a proporção de subcategorias divulgadas pelos bancos privados e públicos. Dessa forma, o nível de divulgação da governança corporativa não mostrou relação com o tipo de controle dos bancos (público ou privado).

A categoria 'estrutura organizacional' apresentou 77,5% de percentual de divulgação e a categoria 'empresas ligadas e partes relacionadas' apresentou 16,7% de percentual de divulgação. A análise por grupo de bancos revelou que a categoria 'Estrutura organizacional' apresentou o maior percentual de divulgação para bancos privados (87,5%), e a categoria 'Governo' foi a que apresentou o maior percentual de divulgação para bancos públicos (75%). Tais elementos sugerem que a divulgação por categoria não foi uniforme.

Adicionalmente, as subcategorias com maiores percentuais de divulgação foram 'Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria', 'Descrição das linhas de negócio', ambas divulgadas por 100% dos bancos. Por sua vez, as subcategorias que estiveram ausentes nas divulgações dos bancos analisados foram: 'Matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse', 'Matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse'.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõe-se verificar a relação entre o nível de divulgação da governança corporativa e a liquidez das ações dos bancos analisados. Outra sugestão é realizar uma análise longitudinal para verificar se a ausência de diferenças entre o nível de divulgação da governança corporativa de bancos privados e públicos prevalecerá em outros períodos de análise.

A divulgação de informações por bancos é um tema atual, de interesse das autoridades supervisoras e de participantes do mercado, e o estudo também buscou contribuir para aumentar o conhecimento a respeito da divulgação das estruturas de governança corporativa de bancos que atuam no Brasil. Essa divulgação, no contexto da literatura contábil, pode auxiliar a redução de assimetrias informacionais entre gestores de bancos e partes interessadas nas práticas de gestão dessas entidades e pode colaborar para que os participantes do mercado avaliem melhor essas instituições financeiras em suas decisões de investimento.

REFERÊNCIAS

BACEN - Banco Central do Brasil. *50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional*. Balancetes processados até 31 de dezembro de 2005. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502005120P.asp>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BCBS - Basel Committee on Banking Supervision. *Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*, Bank for International Settlements, November, 1999. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs56.pdf?noframes=1>>. Acesso em: 2 abr. 2006.

_____. *Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*, Bank for International Settlements, February, 2006. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs122.pdf?noframes=1>>. Acesso em: 3 abr. 2006.

_____. *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A revised framework*. Bank for International Settlements, November, 2005. Disponível em: <<http://www.bis.org>>. Acesso em: 4 abr. 2006.

_____. *Public Disclosures by Banks: Results of the 2001 Disclosure Survey*. Bank for International Settlements, May, 2003. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs97.pdf?noframes=1>>. Acesso em: 5 abr. 2006.

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. *Classificação Setorial Bovespa*. Posição em 09 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 11 maio 2006.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. *Resolução 3.041*, de 28 de novembro de 2002. Estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 2 jan. 2008.

CAPRIO, G.; JR.; LEVINE, R. Corporate Governance of Banks: Concepts and International Observations, *The Global Corporate Governance Forum*, April, 5, 2002. Disponível em: <http://icf.som.yale.edu/Conference-Papers/backup_old_iicg/april_5/CAPRIO.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2008.

COSTA, F. M; GOLDNER, F.; GALDI, F. C. G. Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores Bancos Brasileiros. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2007, CD-ROM.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. *Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2007.

DIAMOND, D. W.; VERRECCHIA, D. Disclosure, liquidity and cost of capital. *The Journal of Finance*, v. XLVI, n. 4, September, 1991.

DUARTE JÚNIOR, A. M.; MOREIRA, R. L. Administração das tesourarias nos Bancos Brasileiros sob o Novo Acordo de Capital da Basiléia. *Revista de Administração USP*, v.40, n.1, p.96-102, jan./mar. 2005.

GUIMARÃES, E. A. Governança corporativa e empresa estatal: o caso do Banco do Brasil. In: PINHEIRO, A. C. F.; OLIVEIRA, L. C. de (org.). *Mercado de Capitais e Bancos Públicos: análise e experiências comparadas*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2007.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade. Tradução por Antônio Zorato Sanvinente. São Paulo, Atlas, 1999.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: < <http://www.ibgc.org.br> >. Acesso em: 4 out. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behaviour, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, Oct., 1976.

LANZANA, A. P. *Relação entre disclosure e governança corporativa de empresas brasileiras*. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LABELLE, R. *The Statement of Corporate Governance Practices (SCGP): a voluntary disclosure and corporate governance perspective*, p. 1-35, Dec. 2002. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/abstract=317519>>. Acesso em: 2 jan. 2008.

MACEY, J. R.; O'HARA, M. The Corporate Governance of Banks. *FRBNY Economic Policy Review*, p. 91-107, april, 2003.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade e Finanças*, USP, São Paulo, Ed. Comemorativa, p. 65-79, Set. 2006.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. *Principles of Corporate Governance*. Disponível em: < <http://www.ocde.org> >. Acesso em: 29 dez. 2006.

RABELO, F.; SILVEIRA, J.M. Estruturas de governança e governança corporativa: avançando na direção da integração entre as dimensões competitivas e financeiras. Texto para Discussão n. 77, IE-UNICAMP, Campinas, jul.1999.

RADEBAUGH, L. H.; GRAY, S. J.; BLACK, E.L. *International accounting and multinational enterprises*. 6. ed. Wiley, 2006.

SIEGEL, S.; CASTELLAN Jr., N. J. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. *Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo, Atlas, 2007.